

CADE em 8/5/2019: CSCs, insalubridade, terceirização e outros temas debatidos

A partir dos relatos dos conselheiros que fazem parte do Chapão Sintunesp/Associações, este boletim traz um relato sobre as discussões feitas na última reunião do CADE, em 8/5/2019. A exemplo do que havia ocorrido na reunião passada, em abril, também agora a maior parte do tempo foi dedicado à discussão sobre a proposta de criação dos Centros de Serviços Compartilhados (CSCs) na Unesp, que são parte da reforma administrativa que a reitoria tenta aprovar.

Inicialmente, o professor José Roberto Ruggiero, assessor-chefe de Planejamento e Orçamento da Unesp, fez uma explanação sobre as finanças da Universidade, utilizando os dados do Boletim Econômico Propeg – Abril/2019, Nº 13 (https://ape.unesp.br/propeg/pdf/boletins/Boletim_Abr19.pdf). Ele demonstrou que a arrecadação de ICMS de janeiro a março de 2019 teve crescimento nominal de 6,4% e real de 2,1% em relação ao mesmo período de 2018; o comprometimento com folha de pagamento foi de 86,27% nos primeiros meses deste ano. Ruggiero anunciou, também, que os R\$ 83 milhões extras que entrarão este ano (para ressarcimento da Unesp pelo pagamento dos salários dos 644 servidores da Unesp alocados no HC de Botucatu, que está sob o comando da Secretaria de Estado da Saúde) serão depositados integralmente na conta de provisionamento do 13º salário. Conselheiros do Chapão frisaram a importância de reivindicar os valores gastos pela Universidade de 2010 até agora.

Ruggiero disse que houve queda nos repasses às universidades, como resultado do desempenho da economia e consequente arrecadação do ICMS.

Neste ponto, representantes do Chapão Sintunesp/Associações ponderaram que, nas reuniões entre Fórum das Seis e técnicos do Cruesp, eles sempre fazem previsões pessimistas. Perguntaram, também, se a Unesp terá condições de aplicar algum reajuste aos salários dos servidores, lembrando que há ainda os 3% não pagos em 2016, e que a Universidade está perenizando a política de corrosão no poder de compra dos seus servidores.

Ruggiero disse que os fatos de a Unesp não ter dado reajuste em 2016, de as três universidades terem ficado sem reajuste em 2017 e em 2018 terem concedido apenas 1,5% estão relacionados com o quadro de receitas inferiores às despesas. O representante da reitoria lembrou que a lei de responsabilidade fiscal obriga o gestor a deixar as despesas que são próprias do ano como restos a pagar para o ano seguinte, incluindo aí o financeiro. Disse que, tecnicamente, não há possibilidade de reajuste este ano. Pontuou que o montante de R\$ 118 milhões (dos salários de 12/2018) foram pagos com o orçamento de 2019 e que o 13º salário dos autárquicos está sendo pago com a antecipação de recursos do orçamento deste ano.

CSCs no centro das discussões

Mais uma vez, o assunto dominante da pauta foi a criação de Centros de Serviços Compartilhados (CSCs), como parte da proposta de reforma administrativa defendida pela reitoria. O assunto estava pautado na minuta “Proposta de Deliberação que institui o Programa de Desenvolvimento de modelos de serviços compartilhados na Unesp”. Para a implementação do programa, o documento previa a criação de uma comissão. Antes que a proposta fosse votada, houve muitas intervenções.

O Prof. Büll disse que, no CADE de março, colocou em discussão os CSCs e que, na ocasião, discutiu-se a possibilidade de instituir pilotos. Disse, também, que qualquer alteração de estrutura, mesmo que de forma experimental, deverá ser objeto de autorização formal dos colegiados centrais. Salientou as dezenas de contribuições da comunidade em relação à necessidade de alteração da estrutura administrativa a Universidade.

O presidente do CADE também reconheceu que não somente os servidores técnico-administrativos resistem às mudanças, mas que isso se verifica com força entre os docentes. Ele avalia que, da reunião passada para esta, houve uma evolução no entendimento sobre o assunto e que se optou por criar a comissão para estudar os modelos de compartilhamento de serviços. Salientou que, em várias unidades, houve reuniões para discutir o assunto. Falou das estruturas administrativas e citou os campi experimentais, que em sua opinião já deveriam ter sido consolidados, já que ficou provado que a experiência deu certo, não sendo mais cabível permanecer com o título de experimentais.

Após sua explanação, o documento foi colocado em votação, sem prejuízo dos destaques, tendo sido aprovado pela maioria.

Representantes do Chapão consideraram positiva a mudança de atitude da reitoria ao procurar uma forma mais palatável de abordar o assunto. Ressaltaram, porém, que as dezenas de contribuições de unidades à proposta de reforma administrativa mostram a preocupação da comunidade como um todo a respeito da necessidade de reformas, mas parece que para a reitoria a criação dos CSCs é a solução mágica que vai acabar com todos os problemas da Universidade. Sugeriram que, em vez de “modelos de serviços compartilhados”, a comissão seja para um Programa de Desenvolvimento de “Modelos de Processos de Trabalho”, o que daria uma amplitude maior, lembrando que os modelos de compartilhamento poderiam ser contemplados no trabalho da comissão.

Alguns conselheiros docentes também demonstraram preocupação, relatando um sentimento de insegurança em relação aos CSCs, lembrando que até Botucatu não concordava



com o documento apresentado anteriormente e que é preciso também abordar a questão dos investimentos necessários à implantação dos modelos escolhidos.

Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações alertaram para a necessidade de um estudo sobre o impacto financeiro da criação de tais centros. Eles propuseram a criação de uma outra comissão para estudo e sistematização das propostas encaminhadas pelas unidades, para que possamos estudar junto com a Propeg as sugestões encaminhadas. O Prof. Büll comprometeu-se a apresentar a proposta de nova comissão na próxima reunião do colegiado.

Com relação à composição da comissão proposta na minuta, foram feitas três sugestões alternativas à proposta pela Reitoria, a saber:

1. 2 representantes da PROPEG, 4 do CADE (2 docentes e 2 técnico-administrativos) e dois Diretores;
2. A proposta dos representantes do Chapão foi de 2 membros da PROPEG e 6 do CADE (3 docentes e 3 técnico-administrativos)
3. Houve mais uma proposta com a seguinte composição: 2 PROPEG, 4 CADE (3 docentes e um técnico-administrativos) e dois Diretores.

O Prof. Büll retirou a proposta de composição da reitoria e apoiou a sugestão de 2 da PROPEG, 4 do CADE (2 docentes e 2 técnico-administrativos) e dois Diretores, que acabou sendo aprovada pela maioria. Submetida à votação, a comissão ficou com a seguinte composição: Pela PROPEG, o Prof. Maurizio Babini e Paulo Brito; como representantes docentes, Dario Abel Palmieri e José Roberto Ernandes; como representantes técnico-administrativos, Rodrigo Bernardo e Durval de Lara Fernandes. Os diretores de unidades serão indicados pelo Fórum de Diretores.

Conselheiros do Chapão propuseram uma alteração no inciso I do artigo 3º da minuta apresentada. Eles solicitaram a retirada da expressão “incluindo os Centros de Serviços Compartilhados (CSC)”, por considerar que, ao estudar métodos de compartilhamento, os CSC seriam uma das alternativas. Após discussão o item foi alterado com a inclusão da expressão “que poderá ser um dos modelos”. No item IV, foi incluída a expressão “e levantamento de recursos necessários”. No item V, foi incluída a expressão “prorrogável por até 6 meses”.

Desta forma, a comissão aprovada tem objetivo de definir e selecionar modelos de compartilhamento de serviços, incluindo os Centro de Serviços Compartilhados (CSCs) que poderão ser adotados pela Unesp, com a participação das unidades universitárias na escolha e na aprovação destes modelos. Caberá à comissão, ainda, o estabelecimento de critérios de avaliação dos modelos a serem testados e a elaboração de cronograma de atividades, com aprovação pelo CADE, além de outras iniciativas relacionadas a suporte técnico e levantamento de recursos necessários. A avaliação dos resultados será feita em até um ano, prorrogável por mais seis meses, se a comissão julgar necessário e solicitar ao CADE.

Insalubridade

O presidente do CADE, Prof. Leonardo Theodoro Büll disse que o Departamento de Perícias Médicas do Estado (DPME) sinalizou algumas inconsistências e devolveu os pro-

cessos à Universidade para os devidos ajustes. A Coordenadoria de Gestão de Pessoas informou que entrará em contato com todas as Unidades, pois os processos demandam uma análise caso a caso.

Parecer PGE 46/2017 – Aposentadoria de docentes

O Prof. Büll deu informes sobre os últimos entendimentos relativos ao Parecer nº 46/2017, da Procuradoria Geral do Estado (PGE), que altera as regras na contagem de tempo para fins de aposentadoria, atingindo um grupo de docentes da Unesp. Ele disse que a questão ainda está em estudo na Universidade, que busca garantir segurança jurídica frente a futuros entendimentos por parte do Tribunal de Contas do Estado. Quando o estudo estiver pronto, a reitoria fará comunicado. Atendendo à solicitação de conselheiros, o Prof. Büll sugeriu que os advogados dos docentes interessados procurem a AJ da Universidade para discutirem o assunto.

Terceirização

Conselheiros do Chapão Sintunesp/Associações solicitaram um estudo/levantamento sobre a terceirização na Unesp, processo quem vem afetando o custeio das unidades, assim como impactando na relação entre funções previstas versus funções providas na área de Serviços, sobretudo limpeza, vigilância e manutenção. Cobraram, ainda, um retorno sobre os altos investimentos realizados nos últimos anos com equipamentos de segurança/vigilância para a Universidade, e que não estão sendo adequadamente utilizados, muitas vezes por falta de servidores. Abordaram também sobre a questão de segurança na Universidade, lembrando que houve investimentos em equipamentos de segurança que não foram utilizados, porque os serviços acabaram sendo terceirizados.

Reestruturação da área de informática

O conselheiro Marcelo Carbone Carneiro, professor da FAAC/Bauru, apresentou um documento elaborado por servidores de várias unidades da Unesp, contendo contribuições para as discussões sobre reestruturação da área de informática da Unesp, no âmbito da proposta de reforma Administrativa.

CCIs

Conselheiros do Chapão cobraram, novamente, informações a respeito do possível fechamento dos Centros de Convivência Infantil (CCIs) na Unesp. O Prof. Büll respondeu, de forma contundente, que não há, por parte da gestão reitoral, nenhuma intenção neste sentido.

Falta de pessoal

Representantes do Chapão questionaram a crescente presença de professores bolsistas, cujo gasto recai sobre o orçamento das unidades, uma vez que a Universidade congelou as contratações por concurso. Eles deram informes sobre uma iniciativa de estudantes de Guará, que bloquearam o acesso à unidade no dia 2/5, em protesto contra a falta de professores. Também foi denunciado o uso, cada vez maior, de estagiários na área administrativa pela falta de servidores.